

CONTRATO OCS Nº 109/2020

CONTRATO SAP Nº 4400004237

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2020

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E
MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE
ADVOGADOS, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS**, com sede na Rua Joaquim Floriano, 1052, conjuntos 151 e 152, Jardim Paulista, São Paulo – SP, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 45.762.077/0001-37, doravante denominada(o) simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 018/2020, com fundamento no artigo do art. 30, II, alínea “b” c/c §1º, da Lei nº 13.303/2016, autorizado em 29/04/2020, por intermédio da IP APEC/DEPARH nº 034/2020, de 28/04/2020, publicado no DOU em 04/05/2020, seção 3, página 76, conforme previsão orçamentária sob rubrica SAP nº 3171401, correspondente à rubrica 3102200023- D Op/D Adm/Serv Terc/Especializ – Consult Jur, centro de custo nº 33005000 (APEC//DEPARH), observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Sistema BNDES, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de profissional especializado na

área do Direito Previdenciário, com comprovada atuação em previdência complementar, com vistas à elaboração de parecer jurídico que proverá subsídios jurídicos para proposta de alteração do Regulamento do Plano Básico de Benefícios ("RPBB"), gerido pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES., conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá duração de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de comum acordo, mediante aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes da Proposta apresentada pela **CONTRATADA** e do Projeto Básico, respectivamente, Anexos II e I deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor, mencionado na Cláusula de Obrigações do **BNDES** deste Contrato, observado o disposto no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais), sendo: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para confecção do Parecer Jurídico; e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por cada apresentação presencial ou R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por apresentação por videoconferência, solicitada pelo **BNDES**, limitadas a até 05 (cinco) apresentações, sendo que 3 (três) serão necessariamente por videoconferência e as outras 2 (duas) serão presenciais, podendo, a critério do BNDES, ser convertidas em apresentação por videoconferência, conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato, à exceção das despesas com passagens aéreas e hospedagem para realização das apresentações presenciais previstas no *caput* desta Cláusula, observado o disposto no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser, a critério do **BNDES**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua Proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, em parcela única, após o recebimento definitivo do Parecer Jurídico, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal, fatura, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, observado o disposto no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado ao BNDES no mês de sua emissão e até o dia 25 (vinte e cinco) do mesmo – ou data anterior que viabilize o tempestivo recolhimento de ISS, se a legislação tributária municipal incidente assim exigir – possibilitando o cumprimento, pelo BNDES, das obrigações fiscais principais e acessórias decorrentes deste Contrato. Havendo impedimento legal para o cumprimento desse prazo, o documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado até o primeiro dia útil do mês seguinte, mediante prévia autorização do BNDES.

Parágrafo Segundo

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar 1 (uma) via do documento fiscal ou equivalente legal à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br, ou, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h.

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número SAP do Contrato;
- III. número do pedido SAP, a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- IV. número da Folha de Registro de Serviços (FRS), a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- V. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- VI. período de referência da execução do objeto;
- VII. nome e número do CNPJ da **CONTRATADA**, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VIII. nome, telefone e *e-mail* do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- IX. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- X. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- XI. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- XII. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- XIII. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento (DIF).

Parágrafo Quarto

O documento fiscal ou equivalente legal emitido pela **CONTRATADA** deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde a **CONTRATADA** esteja estabelecida, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos federais, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

Parágrafo Quinto

Caso a **CONTRATADA** emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Município diferente daquele onde se localiza o estabelecimento do **BNDES** tomador do serviço e destinatário da cobrança, deverá providenciar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente do Município do estabelecimento tomador, salvo quando se aplicar uma das exceções constantes dos incisos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº

116/2003. A inexistência desse cadastro ou o cadastro em item diverso do faturado não constitui impeditivo ao processo de pagamento, mas um ônus a ser suportado pela **CONTRATADA**, uma vez que o **BNDES** está obrigado a reter na fonte a quantia equivalente ao ISS dos serviços faturados, conforme legislação aplicável.

Parágrafo Sexto

Ao documento fiscal ou equivalente legal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que a **CONTRATADA** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Sétimo

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal à **CONTRATADA** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Oitavo

Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Nono

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo a **CONTRATADA** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à **CONTRATADA** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. a revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante requerimento da **CONTRATADA** com a comprovação da ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão; e
- III. com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. o **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. caso a **CONTRATADA** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima,

não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao seu eventual direito.

Parágrafo Terceiro

Na eventualidade de o objeto do Contrato não ser executado durante a vigência prevista neste Instrumento, em razão de fatos impeditivos ou retardadores que não sejam de responsabilidade da **CONTRATADA**, e, caso seja acordada a sua prorrogação, o preço poderá ser reajustado, após o decurso de 12 (doze) meses contados do dia 01/04/2020, data da apresentação da Proposta (Anexo II deste Contrato), pelo índice IGPM/FGV acumulado observado, no que couber, o procedimento previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

CLÁUSULA OITAVA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando

- excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **CONTRATADA**, quando optante:
- a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
- b) enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- X. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instada a intervir no processo; e
- XI. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDUTA ÉTICA DA CONTRATADA E DO BNDES

A **CONTRATADA** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, a **CONTRATADA** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com

este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

- II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** recomenda, à **CONTRATADA**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe à **CONTRATADA** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no Inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação do serviço objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e
 - c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;
- IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;
- V. apresentar, antes do início da prestação do serviço, Termos de Confidencialidade, conforme modelo anexo a este Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e
- VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seus representantes legais, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem

obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, Wagner Saboia de Abreu, que atualmente exerce a função de Gerente da APEC/DEPARH/GPREV, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Paula Carvalho Maia Vasconcelos Rodrigues.;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**;
- V. fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É vedada a sucessão contratual, salvo nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais, previstos no Projeto Básico.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa:
 - a) de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega do Parecer Jurídico, incidente sobre o valor total do Contrato;
 - b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto na alínea anterior, apurada de acordo com a gravidade da infração; e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos do Sistema BNDES.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista no Inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que forem imprescindíveis alterações deste Contrato para viabilizar sua plena execução, tais como modificações de especificações técnicas, prazos de execução contratualmente estabelecidos ou prazo de vigência contratual, conforme demonstrado em processo administrativo, não

cabará a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

A celebração de aditivo de prorrogação de prazo contratual ou a sua ausência não terão como efeito a purgação de eventual mora da **CONTRATADA**, salvo se houver, mediante justificativa no processo administrativo correspondente, previsão explícita no aditamento.

Parágrafo Quarto

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato, que poderão ser formalizados por meio epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- II. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;
- III. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- IV. quando for decretada a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- V. caso a **CONTRATADA** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- VI. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- VII. caso a **CONTRATADA** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo

Distrito Federal;

- VIII. em função da suspensão do direito de a **CONTRATADA** licitar ou contratar com o **BNDES**;
- IX. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela **CONTRATADA** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- X. em razão da dissolução da **CONTRATADA**;
- XI. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato; e
- XII. em decorrência de atraso, lentidão ou paralisação injustificáveis da execução do objeto do Contrato, que caracterize a impossibilidade de sua conclusão no prazo pactuado.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram este Contrato o Projeto Básico, a Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, a Matriz de Riscos, o Termo de Confidencialidade assinado pelo(s) representante(s) legal(is) da **CONTRATADA** e o modelo de Termo de Confidencialidade a ser assinado pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, respectivamente, Anexos I, II, III, IV e V ao presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Segundo

Caso haja contradição entre os termos da Proposta da **CONTRATADA** (Anexo II) e o Projeto Básico, a Matriz de Riscos e os Termos de Confidencialidade (respectivamente Anexos I, III, IV e V), prevalecerá o estabelecido nestes.

Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão da declaração de estado de calamidade pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6/2020, este Contrato será assinado pelas Partes de forma eletrônica.

As Partes consideram, para todos os efeitos, “a data mencionada abaixo” como a data de formalização jurídica deste Contrato.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Renata Jacintho Ramos Vieira, advogado(a) do **BNDES**, inscrita na OAB/RJ nº 165992, apenas para a conferência de sua redação, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2020.

JOAO ALEXANDRE OLIVEIRA
TERENCIO:01851201726
01726

Assinado de forma digital
por JOAO ALEXANDRE
OLIVEIRA
TERENCIO:01851201726
Dados: 2020.05.04 22:37:07
-03'00'

RODRIGO DONATO DE
AQUINO:10096365706
96365706

Assinado de forma
digital por RODRIGO
DONATO DE
AQUINO:10096365706
Dados: 2020.05.05
09:04:49 -03'00'

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

ANEXO I- PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de serviços de profissional especializado na área do Direito Previdenciário, com comprovada atuação em previdência complementar, com vistas à elaboração de parecer jurídico que proverá os subsídios jurídicos para proposta de alteração do Regulamento do Plano Básico de Benefícios ("RPBB"), gerido pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES.

1.2 O parecer deverá considerar, em sua análise, eventual limitação existente para cumprimento da Resolução CGPAR nº 25/2018, que estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de planos de benefício de previdência complementar. Deverá abranger igualmente os impactos da Resolução sobre o RPBB, em especial sobre o disposto no art. 38.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 A contratação tem por objeto a elaboração e entrega de Parecer Jurídico, na forma prevista no item anterior, devendo, ainda, abordar os quesitos formulados pela CONTRATANTE, que objetivam analisar os impactos da Resolução CGPAR nº 25/2018 sobre o RPBB, com especial atenção ao disposto no art. 38 e eventuais obstáculos a sua implementação. O parecerista deverá recomendar melhorias à proposta de alteração do RPBB apresentada pela FAPES, com vistas a assegurar a adequação plena do Regulamento à Resolução, bem como reduzir ao mínimo a possibilidade de perda das empresas do Sistema BNDES, em ações judiciais propostas pelos participantes do RPBB. O Parecer auxiliará o BNDES na tomada de decisão no âmbito do procedimento de alteração regulamentar, necessário ao cumprimento da Resolução CGPAR nº 25/2018.

2.2 No Parecer deverão ser abordados todos os assuntos constantes nos quesitos formulados pela CONTRATANTE, além de outros questionamentos decorrentes das respostas apresentadas pelo parecerista e também: i) os riscos jurídicos decorrentes das alterações regulamentares propostas, com respectiva classificação em uma das seguintes categorias: remoto, possível ou provável; ii) as sugestões e/ou possíveis soluções, capazes de evitá-los ou minorá-los; e iii) recomendações de redação para o RPBB que reduza ao mínimo a possibilidade de perda das empresas do Sistema BNDES, em ações judiciais propostas pelos participantes do RPBB, questionando as modificações propostas.

2.3 As respostas a cada quesito deverão ser as mais completas possíveis, sendo apresentadas de forma fundamentada, consistente, clara e objetiva à luz da legislação em vigor e jurisprudência dominante ou pacificada.

2.4 O Parecer deverá estar organizado de forma lógica com numeração de páginas, numeração de itens/subitens e capítulos.

2.4.1. O quesito de número 2 deverá ser respondido em documento apartado, de forma a preservar o interesse da CONTRATANTE quanto às possíveis formas de resolução de eventual conflito.

2.5 O Parecer deverá ser entregue conforme as especificações aqui definidas em até 30 dias da assinatura do Contrato, sendo esse prazo prorrogável por mais 15 dias, desde que a prorrogação do prazo de execução do serviço seja solicitada pelo CONTRATADO e previamente anuída pela CONTRATANTE.

2.6 O Sistema BNDES apreciará a minuta do Parecer, de modo a verificar se todas as questões suscitadas por meio dos quesitos foram abordadas e, ainda, a eventual necessidade de esclarecimentos adicionais sobre os temas tratados. Todavia, não caberá ao Sistema BNDES interferir nos posicionamentos adotados pelo CONTRATADO em seu Parecer, ficando assegurados a livre manifestação do profissional designado para a prestação dos serviços e o livre exercício da profissão.

2.7 Após as eventuais considerações do Sistema BNDES, o CONTRATADO deverá emitir versão final do Parecer Jurídico na forma impressa e assinada, bem como em arquivo eletrônico (em formato magnético *Portable Document Format* – PDF).

2.8 Quando da entrega do Parecer Jurídico, o Sistema BNDES poderá solicitar apresentação verbal e ilustrada, nas instalações da CONTRATANTE, com a síntese dos principais tópicos em arquivo magnético no formato *Power Point*, para elucidação das conclusões obtidas no Parecer.

3. QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO

3.1. O CONTRATADO deverá possuir, em seu corpo técnico, profissional com notória especialização na área Previdenciária, em especial em matéria de previdência complementar, a ser comprovada mediante a apresentação de: currículos, títulos, certificados, diplomas, publicações, trabalhos anteriormente realizados e/ou atestados de desempenho/qualificação técnica que comprovem tais condições.

3.2. Para a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, o CONTRATADO deverá observar as seguintes premissas:

3.2.1 domínio das normas aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar ("EFPC") e Planos de Previdência Complementar.

3.2.2 domínio do Regulamento do Plano Básico de Benefícios;

3.2.3 domínio dos normativos emanados dos órgãos supervisores (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST e Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União-CGPAP) acerca do tema;

3.2.4 conhecimento quanto à pertinente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ("STF"), Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), Tribunal de Contas da União (TCU), e de eventuais posicionamentos do Ministério Público Federal (MPF) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) acerca da matéria.

3.3. O profissional, mencionado no item 3.1 deste Projeto Básico, a ser designado na proposta, deverá ser o responsável direto pela prestação dos serviços, devendo ser firmado por ele o Parecer Jurídico a ser entregue, não sendo admitida a sua substituição.

4. VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 O CONTRATO a ser celebrado terá duração de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo contratual.

5. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação do serviço deverá ser realizada nas dependências do CONTRATADO, podendo ser solicitado, a critério da CONTRATANTE, além de reuniões de esclarecimento à distância, nos termos do item 5.1.1.a, o comparecimento de profissionais responsáveis pela execução dos serviços, nas dependências do BNDES situadas no Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF ou São Paulo/SP para eventuais apresentações, conforme o disposto no item 5.1.1.b, em datas a serem previamente acordadas entre as partes.

5.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 7, o CONTRATADO se compromete com a realização de:

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

- a) até 10 (dez) reuniões, por teleconferência e/ou videoconferência, para esclarecimento de eventuais dúvidas da CONTRATANTE, durante a elaboração do Parecer, inclusive por ocasião do seu recebimento provisório ou definitivo; e
- b) até 5 (cinco) apresentações verbais para exposição das conclusões do Parecer (conforme o item 2.7), com a presença de no mínimo 2 (dois) sócios do CONTRATADO, sendo 3 (três) apresentações por videoconferência e 2 (duas) apresentações presenciais nas dependências do BNDES, podendo estas últimas, a critério da CONTRATANTE, a cada convocação, ser convertidas em apresentações por videoconferência.

5.2. Todos os materiais impressos bem como as mídias eletrônicas utilizadas para entrega dos arquivos eletrônicos deverão ser encaminhados ao escritório do BNDES sito à Av. República do Chile, nº 100 – 11º Andar – Rio de Janeiro – CEP 20.031-917, e entregues apenas ao GESTOR DO CONTRATO ou a quem seja por este formalmente indicado, que deverão classificar os documentos de acordo com o seu grau de sigilo e restrição de acesso.

5.3. As informações consideradas necessárias para a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico serão entregues ao CONTRATADO no ato da assinatura do CONTRATO, sem prejuízo de envio posterior de dados adicionais.

6. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. A CONTRATANTE efetuará o recebimento do objeto, por meio do GESTOR DO CONTRATO, observadas as condições a seguir:

6.1.1. Ao receber a versão final do Parecer Jurídico, o GESTOR DO CONTRATO, que prontamente emitirá Termo de Recebimento Provisório, verificará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a conformidade do Parecer com a especificação definida no CONTRATO. Caso o Parecer Jurídico esteja de acordo com as especificações contratuais, o GESTOR DO CONTRATO deverá emitir o Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

6.1.2. Constatada a existência de incongruências ou a necessidade de ajustes/complementações no Parecer Jurídico apresentado, o GESTOR DO CONTRATO deverá notificar o CONTRATADO para realizar as modificações/adaptações/esclarecimentos complementares apontados no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

6.1.3 Realizadas as modificações/adaptações/esclarecimentos, o GESTOR DO CONTRATO terá o prazo de mais 10 (dez) dias úteis para emitir o Termo de Recebimento Definitivo.

6.1.4 Não realizadas as modificações/adaptações/esclarecimentos, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo o CONTRATO ser rescindido pela CONTRATANTE, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo para a aplicação de penalidade.

6.1.5 O GESTOR DO CONTRATO poderá contar com o auxílio de advogado(s) a ser(em) indicado(s) pelo Sr. Superintendente da Área Jurídica 1 (AJ1) do BNDES, que deverá(ão), manifestar-se, por escrito, quanto à adequação do serviço prestado aos termos do CONTRATO.

6.2. O recebimento definitivo do objeto:

6.2.1. constitui condição indispensável para o pagamento do valor contratado;

6.2.2. não exclui a responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo CONTRATO.

7. REUNIÃO PRELIMINAR

7.1 Em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do CONTRATO, será realizada Reunião Preliminar, podendo, a critério da CONTRATANTE, ser realizada nas dependências do BNDES, com a presença de, pelo menos, de um dos sócios do CONTRATADO, do GESTOR DO CONTRATO e de advogado(s) dos quadros da CONTRATANTE a ser(em) indicado(s) pelo Sr. Superintendente da Área Jurídica 1 do BNDES.

7.1.1. O horário e a data da Reunião Preliminar serão previamente comunicados ao CONTRATADO.

7.2. Nesta oportunidade, o BNDES fornecerá ao CONTRATADO as informações necessárias para a compreensão das especificidades requeridas para a execução do objeto e apresentará o GESTOR DO CONTRATO, podendo o CONTRATADO solicitar quaisquer outras informações necessárias à execução do mesmo, as quais serão disponibilizadas após análise de conveniência por parte do BNDES.

8. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 Pelos serviços prestados, o BNDES pagará ao CONTRATADO o valor ajustado, que abrangerá todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do CONTRATO, à exceção das despesas descritas no item 8.3.

8.2 O pagamento será efetuado, em parcela única, após o recebimento definitivo do Parecer Jurídico (conforme o item 6.1), por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste pelo GESTOR DO CONTRATO quanto ao integral cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo CONTRATADO.

8.3 As despesas com passagens aéreas e hospedagem para realização da reunião preliminar e das apresentações presenciais previstas, respectivamente, nos itens 7 e 5.1.1, "b" deste Projeto Básico serão custeadas pela CONTRATANTE, que deverá emitir os bilhetes aéreos e providenciar hospedagem, quando necessário, encaminhando os respectivos *vouchers* ao CONTRATADO em tempo hábil.

9. REAJUSTE CONTRATUAL

9.1 Considerando o prazo de vigência do CONTRATO a ser celebrado, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo o CONTRATADO arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

10. GARANTIA CONTRATUAL

10.1 Fica o CONTRATADO dispensado de prestar garantia contratual.

11. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 Para fins de comprovação de sua regularidade fiscal e cadastral, o futuro CONTRATADO deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

- b) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais, à dívida ativa da União, e às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) certidão de Regularidade do FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- d) consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria Geral da União;
- e) certidão negativa de registros no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- f) consulta ao Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP), mantido pela CGU, para verificação da ausência de impedimentos à contratação;
- g) declaração referente à inexistência de impedimento à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203/2010.

11.2. Para fins de comprovação de sua qualificação técnica, o futuro CONTRATADO deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) comprovação do seu registro ou inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- b) comprovação do registro ou inscrição do profissional designado nos termos do item 3 deste Projeto na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- c) *curriculum vitae* contendo: nome completo, nacionalidade, identidade, endereço, histórico profissional no qual se indique a formação, os artigos publicados, as palestras realizadas, os cursos ministrados entre outras informações e documentos que permitam, a critério do BNDES, comprovar os requisitos estabelecidos no item 3.1.
- d) declaração do CONTRATADO, bem como dos profissionais designados nos termos do item 3 deste Projeto Básico de que não mantêm ou mantiveram nos últimos 3 anos, relação contratual com a FAPES, ou participante da FAPES, em relação a questões atinentes ao PBB, para prestação de serviços de assessoramento jurídico para atuação judicial e/ou extrajudicial.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1 Além das obrigações previstas na Lei nº 13.303/2016, o futuro CONTRATADO terá as seguintes obrigações:

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

- I. designar como responsável direto pela execução dos serviços especificados neste Projeto Básico profissional com notória especialização em Direito Previdenciário, com comprovada atuação em previdência complementar que deverá, inclusive, subscrever o Parecer Jurídico a ser entregue, não cabendo, em nenhuma hipótese, a substituição desse profissional;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Administração Pública, em especial com o BNDES, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- III. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo o BNDES, a qualquer momento, exigir do futuro CONTRATADO a comprovação de sua regularidade;
- IV. garantir que o objeto do CONTRATO a ser celebrado não infringe quaisquer direitos autorais ou registros, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do BNDES, suas subsidiárias ou controladora, em que se demande reparação de danos de qualquer espécie, podendo o futuro CONTRATADO ser instado a intervir no processo;
- V. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema BNDES (BNDES e suas subsidiárias) na execução do objeto;
- VI. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente, empregado do Sistema BNDES ou autoridade do ente público a que o Sistema BNDES estiver subordinado, nos termos do artigo 38, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 7.203/2010, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- VII. observar o Código de Ética do Sistema BNDES vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema BNDES, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;
- VIII. manter o mais completo e absoluto sigilo sobre dados, materiais, documentos e informações a que vier a ter acesso, direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como assegurar que os profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto do CONTRATO, obedecerão as regras de sigilo impostas pelo BNDES.

- IX. formalizar o compromisso assumido no item anterior por meio da assinatura de Termo de Confidencialidade pelo representante legal do CONTRATADO e pelos profissionais envolvidos na prestação do serviço, no ato da celebração do CONTRATO;
- X. garantir a inexistência de conflito de interesses com a CONTRATANTE ou com a FAPES, atinente ao serviço contratado, bem como que todos os profissionais alocados ao serviço não ostentem conflito com essas pessoas e dessa natureza, inclusive em relação às situações descritas no item 11.2.d;
- XI. entregar ao BNDES toda a documentação gerada como resultado da execução do objeto, podendo a CONTRATANTE dela dispor conforme sua conveniência e necessidade, não sendo permitido o seu uso pelo CONTRATADO ou a disponibilização a terceiros sem expressa autorização do BNDES.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Constituem obrigações do BNDES:

- I. realizar os pagamentos devidos ao CONTRATADO tempestivamente, após ateste do GESTOR DO CONTRATO quanto ao integral cumprimento das obrigações contratuais;
- II. fornecer ao CONTRATADO, cópias do Código de Ética do Sistema BNDES, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema BNDES e da Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES;
- III. colocar à disposição do CONTRATADO todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto do CONTRATO;
- IV. comunicar ao CONTRATADO, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao CONTRATO;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do CONTRATADO, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade.
- V. abster-se de interferir nos posicionamentos jurídicos adotados pelo CONTRATADO, assegurando-lhe a livre manifestação profissional.

14. CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a cessão do CONTRATO a ser celebrado, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do CONTRATADO, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

14.2 É vedada a sucessão contratual, salvo nas hipóteses em que o CONTRATADO realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos requisitos previstos no CONTRATO a ser celebrado.

14.3 É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Projeto Básico.

15. PENALIDADES

15.1. Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, o futuro CONTRATADO ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega do Parecer Jurídico, incidente sobre o valor total do CONTRATO;
- III. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do CONTRATO, na hipótese de descumprimento de outras obrigações contratuais, apurada de acordo com a gravidade da infração; e
- IV. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

15.2. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 O CONTRATO a ser celebrado poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas neste Projeto Básico.

16.2 Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste CONTRATO para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

17. EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O CONTRATO a ser celebrado poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, conferindo-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste Projeto Básico;
- II. em virtude da suspensão da execução do CONTRATO, por ordem escrita do BNDES, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- III. quando for decretada a insolvência civil do CONTRATADO;
- IV. caso o CONTRATADO perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- V. na hipótese de descumprimento do previsto no item 14 (Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação) ou no item 12.X (Ausência de Conflito de Interesses) deste Projeto Básico;
- VI. caso o CONTRATADO seja declarado inidôneo pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- VII. em função da suspensão do direito de o CONTRATADO licitar ou contratar com o BNDES;
- VIII. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo CONTRATADO no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- IX. em razão da dissolução do CONTRATADO; e
- X. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do CONTRATO.

17.2 Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário da futura relação contratual, a mora superior a 90 (noventa) dias.

17.3 Os casos de extinção contratual convencionados no item 17.1 deste Projeto Básico deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte da relação contratual e oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

18. MATRIZ DE RISCO

18.1. Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam-se os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo 3 deste Projeto Básico.

18.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do CONTRATADO.

19. FORO

19.1. É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes do CONTRATO a ser celebrado, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(Anexo I)

Modelo de Termo de Confidencialidade - Representante Legal

_____, por intermédio de seu representante legal, doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – Contrato OCS nº ____/20__, celebrado em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e do RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do CONTRATO ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais, a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES ou por terceiros para as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº ____/20__.

CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos I a V da CLÁUSULA SEGUNDA deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, signatário do Contrato OCS nº ____/20__, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/20__, para imediata devolução às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o RESPONSÁVEL, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES.

Parágrafo Único

O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/20__, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA OITAVA

O RESPONSÁVEL se compromete no âmbito do CONTRATO objeto do presente Termo, a apresentar às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do Termo de Confidencialidade, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº ____/20__.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2020.

Representante Legal do Escritório:

Nome:
Cargo/Função:
CPF:
Identidade:
E-mail:

(Anexo II)

Modelo de Termo de Confidencialidade - Profissional

_____, doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – Contrato OCS nº ____/20__, celebrado em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do CONTRATO ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais, a que venha a ter acesso enquanto contratado por escritório que preste serviço às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES ou por terceiros para as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;

V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº ____/20__.

CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos I a V da CLÁUSULA SEGUNDA deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, signatário do Contrato OCS nº ____/20__, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/20__, para imediata devolução às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES.

Parágrafo Único

O RESPONSÁVEL adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após o término da vigência do Contrato OCS nº ____/20____, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2020.

Responsável:

Nome:

Cargo/Função:

CPF:

Identidade:

E-mail:

(Anexo III)

MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente Ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço contratado.	Aumento do custo do serviço.	Revisão de preço.	BNDES

Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Gastos com passagens aéreas e hospedagem superior ao estimado.	Aumento do custo com passagens aéreas e hospedagem para a realização de reuniões presenciais e apresentações.	Melhor planejamento contratual.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos e mão-de-obra.	Aumento do custo do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (não tributário).	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo	Contratado

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4



Classificação: Ostensivo
Unidade Gestora: AJ1/JULIC

			BNDES.	
--	--	--	--------	--

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

(Anexo IV)

ANÁLISE JURÍDICA DA ABRANGÊNCIA DO DIREITO ADQUIRIDO DOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS AO DISPOSTO NO ART. 38 DO ATUAL RPBB.

QUESITOS

- (i) Considerando as alterações regulamentares impostas pelo art. 4º da Resolução CGPAR nº 25/2018 às empresas estatais federais que patrocinem planos de previdência complementar estruturados sob a modalidade de benefício definido, sobretudo aquela que determina a desvinculação do índice de reajuste dos benefícios dos assistidos do reajuste concedido pelo patrocinador aos seus empregados (art. 4º, V e VI);
- (ii) Considerando que as empresas do Sistema BNDES são patrocinadoras do Plano Básico de Benefícios – PBB, plano de previdência complementar administrado pela FAPES, que por meio de seu regulamento (art. 38 do RPBB), prevê que o reajuste do benefício de complementação de aposentadoria se dê de forma equivalente ao reajuste concedido aos empregados dos patrocinadores;
- (iii) Considerando que a própria Resolução CGPAR nº 25/2018 ressalva que eventuais alterações regulamentares que se façam necessárias deverão observar o disposto no artigo 17 da Lei Complementar n.º 109/2001;

Deverão, à luz da legislação aplicável à previdência complementar e com base na jurisprudência de Tribunais Superiores sobre o tema, sobretudo, os precedentes o REsp 1.435.837/RS e o REsp 1.463.803/RJ, ser respondidos os seguintes quesitos.

1. As alterações propostas pela FAPES são suficientes para fins de adequação plena do RPBB à Resolução CGPAR 25?

- 1.1. Qual o alcance de cada uma das alterações em relação aos participantes do RPBB vis-à-vis a proteção conferida pelo parágrafo único do art. 17 da Lei Complementar 109/2001, em especial considerando o conteúdo do direito assegurado aos participantes elegíveis e assistidos?**

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

- 1.2. A redação proposta pela FAPES para adequação do artigo 38 do RPBB à Resolução CGPAR 25/2018 pode ser aprimorada? Em caso positivo, qual seria a redação sugerida pelo parecerista?
 - 1.3. Qual o impacto das alterações no RPBB propostas pela FAPES nas controvérsias, no âmbito judicial, entre a referida Fundação e as empresas do Sistema BNDES?
 - 1.4. A alteração do RPBB proposta pela FAPES estaria de acordo com orientações emanadas pelo TCU no acórdão nº 2.766/2015, em especial ao determinado em seu item 9.2.3?
 - 1.5. O parecerista tem conhecimento de alterações regulamentares em outros planos de previdência similares à necessária para adequação do artigo 38 do RPBB? Em caso positivo, em que época e qual foi o meio adotado para implementar a alteração regulamentar?
2. O BNDES, na qualidade de patrocinador estatal de plano de previdência complementar estruturado sob a modalidade de benefício definido, deve dar cumprimento às determinações constantes da Resolução CGPAR n. 25, além das determinações legislativas e decorrentes das decisões dos órgãos de controle. Por outro lado, dentro do sistema de governança das Entidades Fechadas de Previdência Complementar competirá ao Conselho Deliberativo da FAPES aprovar as alterações necessárias à adequação do RPBB. Na hipótese de não haver consenso entre patrocinador e entidade, quais seriam as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis para que se dê cumprimento a legislação sobre a matéria e a Resolução CGPAR n 25?

INTELIGÊNCIA
JURÍDICA PARA

TRANS FOR MAR

M

**Machado
Meyer**

PROPOSTA DE HONORÁRIOS
Brasília-DF, 01 de abril de 2020

CONFIDENCIAL

Brasília-DF, 25 de janeiro de 2019.

Ao

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – BNDES

AT.: DRA. ANA PAULA DEODORO RODRIGUES


Prezada,

Atendendo à sua solicitação, temos a honra de submeter para V. apreciação a nossa proposta de honorários para a prestação de serviços advocatícios para elaboração e entrega de Parecer Jurídico, nos termos do Projeto Básico encaminhado por e-mail no dia 31/03/2020, devendo, ainda, abordar os quesitos formulados pelo BNDES, que objetivam analisar os impactos da Resolução CGPAR nº 25/2018 sobre o Regulamento do Plano Básico de Benefícios ("RPBB"), gerido pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, com especial atenção ao disposto no art. 38 do RPBB e eventuais obstáculos a sua implementação.

Primeiramente, gostaríamos de agradecer a oportunidade e ressaltar que será uma grande satisfação trabalharmos juntos. Oferecemos a nossa experiência acumulada em operações dessa natureza para buscar as melhores soluções e atendê-los dentro dos melhores padrões de qualidade e eficiência.

Colocamo-nos à disposição para discutirmos juntos o conteúdo dessa proposta e esperamos que esse seja o início de uma operação de sucesso.

Atenciosamente,



Cristiane Romano/ Eduardo Castro

João Reis

Machado Meyer Advogados

CONTEÚDO

	Página
Somos o que fazemos	03
Reconhecimentos	05
Prêmios	05
Nossa prática e operações relevantes	06
Escopo do trabalho	12
Nossa equipe	15
Honorários	21
De acordo	22



SOMOS O QUE FAZEMOS

SIM, NOS ORGULHAMOS
DOS NOSSOS NÚMEROS

São **45** anos construindo uma trajetória inspirada em princípios éticos sólidos, na qualidade técnica de nossos profissionais e no contato próximo com nossos clientes. Reputação de um dos principais escritórios do Brasil, com mais de **700** colaboradores

**ESCOLHEMOS UM
FOCO: NEGÓCIOS**

É nesse segmento que empregamos nosso potencial jurídico, buscando sempre soluções inovadoras, capazes de antecipar cenários e tornar negócios possíveis.

**SO
LU
ÇÕES**

Integradas, que combinam competências nas diversas áreas do Direito. Somam conhecimento minucioso das leis a um entendimento profundo de negócio e vão além de resolver problemas, criando e preservando valor para as empresas.

**EM OUTRAS
PALAVRAS**

Trabalhamos para oferecer soluções jurídicas inteligentes, que contribuam para o crescimento dos negócios de nossos clientes e transformem realidades.

ATENDEMOS 8 DOS 10 MAIORES GRUPOS BRASILEIROS*

Nosso capital humano nos qualifica e prepara para atender grandes empresas brasileiras e grupos multinacionais. Nossa principal busca é a relação de parceria, que se constrói com a proximidade do dia a dia, a empatia e o comprometimento que temos com os nossos clientes e colaboradores.

POR ACREDITARMOS QUE EXCELÊNCIA É O RESULTADO DE MUITO TRABALHO E DEDICAÇÃO, somos reconhecidos pelas principais publicações do Direito e recebemos alguns dos mais importantes prêmios do setor no Brasil e no mundo.

INVESTIMOS NA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, com o nosso programa de atração, treinamento, desenvolvimento e retenção de talentos. Temos um Comitê de Cidadania que planeja ações em apoio a diversos projetos sociais e culturais.

PRÁTICAS

- Ambiental
- Aviação e navegação
- Bancário, seguros e financeiro
- Compliance e integridade
- Concorrencial e antitruste
- Contencioso, arbitragem e solução de disputas
- Contratos e negociações complexas
- Direito público e regulatório
- Financiamento de projetos e infraestrutura
- Gerenciamento de crises
- Imobiliário
- Mercado de capitais
- Mídia, esportes e entretenimento
- M&A e private equity
- Planejamento sucessório
- Previdenciário
- Propriedade intelectual
- Reestruturação e insolvência
- Societário
- Special desks
- Trabalhista
- Tributário

INDÚSTRIAS

- Agronegócio
- Automotivo
- Construção
- Educação
- Energia
- Fundos de Pensão
- Life sciences
- Mineração
- Papel e celulose
- Petróleo e gás
- Química e petroquímica
- Serviços financeiros
- Tecnologia
- Telecomunicações
- Varejo e consumo

(*) Segundo anuários das revistas Exame, Valor1000 e Estadão Empresas Mais

RECONHECIMENTOS



CHAMBERS

Considerado escritório líder na América Latina, em 2017, e em plano global, em 2016



IFLR 1000

Reconhecido como um dos melhores escritórios brasileiros nas áreas Bancária, Mercado de Capitais, M&A, Private Equity, Energia e Infraestrutura e Financiamento de Projetos, em 2016



THE LEGAL 500 LATIN AMERICA

Top tier firm em 5 áreas, na categoria "Brazil", e recomendado em outras 16 áreas de prática, na edição 2016

PRÊMIOS



IFLR AMERICAS AWARDS

Reconhecidos na categoria Equity Deal of the Year pela atuação na oferta pública de ações no valor de 16 bilhões de reais pela Telefônica Brasil em razão da aquisição da GVT



AMERICAS WOMEN IN BUSINESS LAW AWARDS

Melhor firma de advocacia do Brasil para gestão de talentos e melhor iniciativa em diversidade de gêneros, em 2016



IFLR AMERICAS AWARDS

Eleito, pela 6ª vez, Escritório de Advocacia do Ano no Brasil, em 2015



LATINFINANCE LAW FIRM OF THE YEAR AWARDS

Premiado em quatro categorias, incluindo Brazilian Law Firm of the Year, em 2015



LATINFINANCE PROJECT & INFRASTRUCTURE FINANCE AWARDS

Premiado como melhor escritório brasileiro na área de infraestrutura, em 2015



GLOBAL LEGAL AWARDS

Operação do ano na área de M&A para América Latina, em 2015



NOSSA PRÁTICA E OPERAÇÕES RELEVANTES

DIREITO PÚBLICO E REGULATÓRIO

O RELACIONAMENTO COM O SETOR PÚBLICO É UM FATOR ESSENCIAL PARA O SUCESSO DE DIFERENTES INDÚSTRIAS. REGRAS IMPOSTAS E CONSTANTEMENTE ATUALIZADAS PELOS GOVERNOS PODEM ALTERAR POR COMPLETO OS RESULTADOS PREVISTOS PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, TRANSAÇÕES CORPORATIVAS E OPERAÇÕES COMERCIAIS. PRIVATIZAÇÕES, CONCESSÕES E PPPS TRAZEM GRANDES OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS, MAS EXIGEM ESTRATÉGIA ADEQUADA E GRANDE EXPERIÊNCIA EM DIREITO PÚBLICO E REGULATÓRIO PARA GERAR O VALOR ESPERADO.

Com uma longa participação no suporte à estruturação e modelagem de projetos com o setor público, atuamos em licitações, concessões e parcerias público-privadas, prestando assessoria em relação a todos os aspectos do direito administrativo e regulatório.

Nosso maior diferencial está em nossa capacitação para acompanhar o cliente desde a concepção e modelagem do projeto, sua licitação, bem como em toda a sua implementação, gestão, incluindo financiamento, negociação e elaboração de contratos de construção, operação e manutenção, off-take agreements, arranjos societários, acordos de acionistas, joint ventures, fusões e aquisições.

Temos uma equipe versátil, experiente no relacionamento com as agências reguladoras e qualificada para atender a todas as demandas das empresas em seus novos projetos, que envolvem também temas tributários, ambientais, trabalhistas e de contencioso administrativo.

Somos pioneiros na estruturação de parcerias público-privadas, tema que desenvolvemos mesmo antes da publicação da Lei nº 11.079, de 2004. Atuamos nessa área desde o início do processo, prestando consultoria jurídica na formulação de soluções técnicas para mais de uma centena de projetos de infraestrutura por meio de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs). Uma vez autorizada a licitação, assessoramos empresas privadas na estruturação de financiamentos e de arranjos societários e contratuais complexos no sentido de viabilizar os projetos.

O escritório esteve à frente das privatizações, concessões e PPPs mais importantes do país. No contexto dos recentes eventos esportivos, por exemplo, além da nossa atuação em projetos de estádios, arenas de futebol e instalações olímpicas, lideramos o projeto de renovação urbana da antiga área portuária do Rio de Janeiro.



Nossos serviços de assessoria em direito público e regulatório podem envolver diferentes áreas do escritório, como:

- Financiamento de projetos
- Joint ventures
- Direito societário
- Negociação e elaboração de contratos complexos
- Assessoria tributária
- Assessoria regulatória
- Assessoria em seguros
- Contencioso administrativo
- Gestão de crises

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Nosso grande diferencial para o patrocínio da demanda em questão está em nossa vasta experiência e conhecimento do setor de previdência complementar.

Em inúmeras oportunidades o Machado Meyer assessorou e assessora fundações e entidades abertas e fechadas de previdência complementar, dentre elas (i) **Fundação Sistel de Seguridade Social**, (ii) **Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS**, (iii) **POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar**, (iv) **Visão Prev – Sociedade de Previdência Complementar**, (v) **Centrus – Fundação Banco Central de Previdência Privada**, (vi) **Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada**, (vii) **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.**, (viii) **Odebrecht Previdência – ODEPREV**, (viii) **Agenprev – Sociedade Previdenciária**, (ix) **Caixa Vida e Previdência S.A.**, (x) **BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.**, (xi) **Agros Instituto UFV de Seguridade Social**, (xii) **Fundação BDMG de Seguridade Social – DESBAN**, (xiii) **Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ** e (xiv) **FIPECQ – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do Ipea, do CNPq, do INPE e do INPA**.

Dentre os trabalhos realizados, podemos listar (i) defesa dos interesses jurídicos das entidades, bem como de seus dirigentes, perante a PREVIC, (ii) assessoria na transferência de gerenciamento do plano de benefícios para outra entidade fechada de previdência complementar, assessoria de retirada de patrocínio, (iii) patrocínio de demanda judicial envolvendo a edição da Emenda Constitucional 20/98 e a aplicação da chamada “paridade contributiva”, disputa essa que se tornou *leading case* no mercado, (iv) assessoria em processos de habilitação junto à PREVIC de membros de seus conselhos deliberativo e fiscal, (v) assessoria em relação à distribuição de resultado superavitário, (vi) patrocínio de disputas judiciais em ações coletivas e individuais envolvendo questionamentos de alterações regulamentários de planos de benefícios previdenciários, (vii) patrocínio de disputas judiciais em ações coletivas envolvendo questionamentos de majoração de contribuições para o custeio de planos assistenciais, (viii) assessoria e patrocínio de demandas judiciais envolvendo investimentos realizados em suposto desacordo das diretrizes do Conselho Monetário Nacional, dentre outros temas.

NO QUE SE REFERE AO OBJETO ESPECÍFICO DA PRESENTE PROPOSTA DE HONORÁRIOS, O ESCRITÓRIO TEM FORTE ATUAÇÃO NA ANÁLISE DE QUESTÕES ENVOLVENDO REGULAMENTOS DE PLANOS DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, BEM COMO ESTATUTOS E CONVÊNIOS DE ADESÃO, INCLUSIVE ATUANDO FORTEMENTE NA ESFERA ADMINISTRATIVA PERANTE A PREVIC E O PODER JUDICIÁRIO, ESTANDO



PERFEITAMENTE APTO PARA A ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO PARA O BNDES.

ESCOPO DO TRABALHO

Conforme entendimentos iniciais com V. Sa. e termo de referência encaminhado no e-mail do dia 31 de março de 2019, o BNDES busca a contratação de serviços de escritório especializado na área do Direito de Previdência Complementar para elaboração e entrega de Parecer Jurídico devendo abordar os quesitos formulados pelo BNDES, que objetivam analisar os impactos da Resolução CGPAR nº 25/2018 sobre o RPBB, com especial atenção ao disposto no art. 38 e eventuais obstáculos a sua implementação.

O supracitado Parecer Jurídico deverá recomendar melhorias à proposta de alteração do RPBB apresentada pela FAPES, com vistas a assegurar a adequação plena do Regulamento à Resolução, bem como reduzir ao mínimo a possibilidade de perda das empresas do Sistema BNDES, em ações judiciais propostas pelos participantes do RPBB.

No Parecer Jurídico em questão deverão ser abordados todos os assuntos constantes nos quesitos formulados pelo BNDES, além de outros questionamentos decorrentes das respostas a serem apresentadas e também: i) os riscos jurídicos decorrentes das alterações regulamentares propostas, com respectiva classificação em uma das seguintes categorias: remoto, possível ou provável; ii) as sugestões e/ou possíveis soluções, capazes de evitá-los ou minorá-los; e iii) recomendações de redação para o RPBB que reduza ao mínimo a possibilidade de perda das empresas do Sistema BNDES, em ações judiciais propostas pelos participantes do RPBB, questionando as modificações propostas.

Ademais, o escopo da presente proposta de honorários engloba ainda a análise e resposta de eventuais considerações a serem eventualmente realizadas por V.Sas., bem como eventual apresentação verbal e ilustrada com a síntese dos principais pontos abordados no parecer jurídico.

Informamos ainda que o trabalho será desenvolvido pela Equipe abaixo mencionada e coordenado pelo João Reis.

Destacamos que ratificamos e incorporamos à presente proposta de honorários as condições mencionadas no supracitado termo de referência.

NOSSA EQUIPE

Os serviços serão prestados por uma equipe multidisciplinar integrada por profissionais experientes, cujos currículos resumidos estão abaixo, sendo que eventuais publicações e outras informações podem ser extraídos no site www.machadomeyer.com.br/pt/advogados. Os profissionais envolvidos estarão à disposição durante todo o tempo necessário para a elaboração do memorando, de forma eficiente e segura.



CRISTIANE ROMANO

Sócia

Contencioso, arbitragem e disputas /
Tributário / Energia / Fundos de Pensão

cr@machadomeyer.com.br
+ 55 61 2104-5000

Especialista na área de litígio com atuação no contencioso judicial e administrativo, especialmente perante a Justiça Federal e a Justiça Comum do Distrito Federal, cortes superiores, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e agências reguladoras. Grande parte do seu trabalho consiste na definição de estratégia e na condução de litígios de alta complexidade perante as cortes superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça), tribunais e órgãos administrativos. Tem experiência nos segmentos de fundos de pensão, energia, alimentos e bebidas, automotivo, bancário, farmacêutico, serviços e varejo.

Especificamente no segmento de Previdência Complementar, a Cristiane Romano vem atuando em questões relevantes envolvendo reversão de resultado superavitário de entidades fechada de previdência complementar e análise de investimentos sob a ótica da Resolução CMN 4.661, bem como em demandas judiciais discutindo (i) alterações regulamentares e estatutárias de entidades fechadas de previdência complementar, (ii) os efeitos jurídicos do regime jurídico único no custeio das patrocinadoras na entidade fechada de previdência complementar e (iii) governança de entidade fechada de previdência complementar sob a ótica das Leis Complementares 108/01 e 109/01.

Associações

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

International Bar Association (IBA)

Conselheira do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa)

Membro da Comissão da Mulher Advogada do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Reconhecimentos recentes

Chambers Latin America 2018, Dispute Resolution: Centre West (Band 2), Tax: Centre West (Band 2).

Chambers Latin America 2016, Dispute Resolution: Centre West (Band 3), Tax: Centre West (Band 2). Chambers Latin America 2015, Corporate/Commercial (Band 1 - Corporate/Commercial: Centre West). Chambers Latin America 2014, (Band 1),



Corporate/Commercial: Centre West. Chambers Latin America 2013, Corporate/Commercial: Centre West (Band 2).

Eleita a melhor advogada na área de Contencioso, para América Latina, pelo Americas Women in Business Law Awards, em 2017.

Recomendada pelo Latin Lawyer 250 em Societário e M&A, edição 2017.

Classificada entre os advogados mais admirados pela Análise Advocacia, em 2017, na área Financeira.

Formação acadêmica

Faculdade de Direito da PUC-SP (1992).



EDUARDO CASTRO

Sócio

Bancário, seguros e financeiro / Mercado de capitais / Life Sciences

eac@machadomeyer.com.br

+ 55 11 3150-7000

Sócio do departamento financeiro corporativo do escritório, com vasto conhecimento em regulação bancária e securitária, operações financeiras locais e internacionais, securitização de recebíveis, estruturação de fundos de investimento, derivativos e regulamentação cambial.

Especificamente no segmento de previdência complementar, o Eduardo Castro vem assessorando as entidades em (i) transferência de gerenciamento do plano de benefícios para outra entidade fechada de previdência complementar, (ii) retirada de patrocínio, (iii) alteração de normas regulamentares e estatutárias, (iv) ajustes em cláusulas nos convênios de adesão, (v) em processos de habilitação junto à PREVIC de membros de seus conselhos deliberativo e fiscal, (vi) em demandas administrativas perante a PREVIC.

Associações

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Membro da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB e da International Bar Association (IBA).

Reconhecimentos recentes

Ranqueado pela Chambers Latin America 2018 e Chambers Global 2017 como líder na área de Seguros.

Ranqueado pelo Chambers Global, edição 2018, em Seguros.

Recomendado pela The Legal 500, edição 2017, em Bancário e Financeiro, Mercado de Capitais e Seguros.

Reconhecido pela publicação Latin Lawyer 250, edição 2018, em Mercado de Capitais, Bancário e Financeiro, Seguros.

Classificado entre os advogados mais admirados pela Análise Advocacia 500, nos setores Operações Financeiras, Bancos, Concessões, Seguros, edição 2017.

Recomendado pelo Lacca Approved em Societário e M&A, edição 2018.

Formação acadêmica

London School of Economics and Political Science – LSE, Londres, Reino Unido (LL.M. em Direito Bancário e Regulamentação Financeira, 2007).

Fundação Getúlio Vargas, Brasil (Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Securitário, 2002).

Universidade de São Paulo, Brasil (Bacharel em Direito, 1998).

Outras qualificações

Membro do Comitê de Responsabilidade Social & Pro Bono do escritório.

Experiência em escritório no exterior

Mayer Brown LLP, em Chicago (2007-2008).



JOÃO REIS

Sócio

Contencioso, arbitragem e disputas /
Direito público e regulatório / Fundos de
Pensão / Energia

jreis@machadomeyer.com.br

+ 55 61 2104-5000

Especialista na área de litígio com atuação no contencioso judicial e administrativo, especialmente perante a Justiça Federal e a justiça comum do Distrito Federal, cortes superiores e agências reguladoras.

Atua na definição de estratégias e na condução de litígios de alta complexidade perante as cortes superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça), tribunais e órgãos administrativos.

Tem experiência na assessoria a clientes de diversos segmentos, como fundos de pensão, energia, alimentos e bebidas, automotivo, bancário, farmacêutico, serviços e varejo.

Especificamente no segmento de Previdência Complementar, o João Reis vem atuando em questões relevantes envolvendo reversão de resultado superavitário de entidades fechada de previdência complementar e análise de investimentos sob a ótica da Resolução CMN 4.661, bem como em demandas judiciais discutindo (i) alterações regulamentares e estatutárias de entidades fechadas de previdência complementar, (ii) os efeitos jurídicos do regime jurídico único no custeio das patrocinadoras na entidade fechada de previdência complementar e (iii) governança de entidade fechada de previdência complementar sob a ótica das Leis Complementares 108/01 e 109/01.

Importante destacar ainda, considerando a relevância dos casos para o segmento, o João Reis realizou sustentação oral no Superior Tribunal de Justiça em caso considerado *leading case* em demanda discutindo a paridade contributiva instituída pela EC 20. Ademais, realizou sustentação oral no Tribunal Regional Federal da 4 Região em demanda discutindo a reversão de resultado superavitário no montante de R\$ 2,2 bilhões. Por fim, realizou sustentação no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em demanda discutindo a reestruturação de regulamento e estatuto de entidade fechada de previdência complementar, cujo impacto atuarial envolvido é estimado em R\$ 25 bilhões.

Associações

TEXT_SP - 50067323v1 01.122

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Reconhecimentos recentes

Shortlisted pela Euromoney em 2018 na categoria "Best rising star litigator in Latin America"

Shortlisted pela Euromoney em 2018 na categoria "Best in litigation: Appellate"

Classificado entre os advogados mais admirados pela Análise Advocacia 500 (2019) em Setor Econômico/Financeiro e por estado (Distrito Federal).

Formação acadêmica

Instituto de Ensino Superior de Brasília – Bacharelado em Direito, 2007.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Pós-graduação em Processo Civil, 2010.



Lucas Sant'anna

Sócio

Contencioso, arbitragem e disputas /
Direito público e regulatório /
Gerenciamento de crises

lsantanna@machadomeyer.com.br

+ 55 11 3150-7729

Especialista em Contencioso Cível e Direito Público. Lucas possui ampla experiência em licitações e contratos administrativos, concessão de obras e serviços públicos e parcerias público-privadas (PPPs), Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Responsabilidade Fiscal e matérias correlatas.

Atua com grande frequência em questões regulatórias, sobretudo as que envolvem saneamento básico, mineração, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, tecnologia, inovação, transporte, mobilidade urbana, urbanismo e construção pesada em geral. Publicou diversos trabalhos no ramo do Direito Público.

Associações

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Internacional Bar Association (IBA)

Reconhecimentos recentes

Ranqueado pela Chambers Latin America nas edições de 2013 a 2019 na Área de Direito Público.

Recomendado pela Latin America Corporate Counsel Association, LACCA Approved (2019), em Direito Administrativo nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Vencedor do Client Choice Awards, promovido pelo International Law Office, na categoria Projects and Procurement nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Recomendado pela Legal 500, em Resolução de disputa e Direito Público, edição 2017.

Classificado entre os advogados mais admirados pela Análise Advocacia, em 2017, na área de Tecnologia.

Recomendado pelo Latin Lawyer 250, edição 2018, nas áreas de Direito Administrativo, Contencioso e Arbitragem.

Formação acadêmica

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (Mestrado em Direito Administrativo, 2016).

Columbia University School of Law, Nova York, Estados Unidos (Mestrado em Direito, 2010).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (Bacharelado em Direito, 2004).

Sociedade Brasileira de Direito Público, Brasil (Pós-graduação em Direito Administrativo, 2003).



**Pedro Henrique Ricco
Verzemiassi**

Advogado

Bancário, seguros e financeiro / Contratos
e negociações complexas / M&A e private
equity

phv@machadomeyer.com.br

+ 55 11 3150-7051

Especialista em direito securitário e bancário, prestando assessoria regulatória e societária a instituições financeiras, seguradoras, resseguradoras, corretoras de seguro e resseguro e entidades de previdência complementar.

Atua nos mais diversos tipos de operações no mercado de seguros e de previdência complementar, incluindo a constituição de sociedades, operações de fusões e aquisições, aprovação e revisão de produtos e negociação de contratos complexos, tais como contratos de distribuição, bancassurance e de resseguro.

Também assessora seguradoras e clientes corporativos em geral na revisão de apólices e na regulação de sinistros, além de representá-los nos mais variados tipos de disputas, em processos administrativos, judiciais e arbitragens.



Associações

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Formação acadêmica

Universidade de São Paulo, Brasil (Pós-graduação em Direito Econômico, 2018)

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil (Bacharelado em Direito, 2014).

HONORÁRIOS

À título de *pro labore*, para a elaboração do parecer jurídico contemplando os quesitos mencionados no termo de referência encaminhado no e-mail do dia 31 de março de 2019, estimamos que serão necessárias 70 horas de trabalho do nosso advogado pleno acima mencionado e 20 horas dos sócios acima mencionados e, neste sentido, propomos que os nossos honorários sejam estabelecidos no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), a serem pagos quando do envio da minuta definitiva do parecer, nos termos da cláusula 8ª do termo de referência.

Destacamos que o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) contempla a presença de um dos sócios acima listados para participação da reunião preliminar mencionada na cláusula 7ª do termo de referência.

Ademais, o valor de R\$ 70.000,00 (cem mil reais) proposto acima contempla a realização de 10 (dez) reuniões por teleconferência e/ou videoconferência para os eventuais esclarecimentos mencionados na cláusula 2.6 do termo de referência, bem como contempla ajustes pontuais que se façam necessários para responder eventuais esclarecimentos sobre os temas tratados.

Considerando a cláusula 5.1.1 do termo de referência, estamos à disposição de V.Sas. para eventuais apresentações, sendo que propomos que seja pago um valor adicional de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada apresentação presencial solicitada por V.Sas, limitada ao total de 5 (cinco) apresentações.

Por outro lado, caso o Banco opte e solicite apresentação virtual, ao invés das apresentações presenciais mencionadas acima, propomos que seja pago um valor adicional de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para cada apresentação virtual também limitada ao total de 5 (cinco).

As despesas com passagens aéreas e hospedagem para realização da reunião preliminar e das apresentações presenciais previstas, respectivamente, nos itens 7 e 5.1.1, "b" no termo de referência serão custeadas pelo BNDES, que deverá emitir os bilhetes aéreos e providenciar hospedagem, quando necessário, encaminhando os respectivos vouchers aos colaboradores do Machado Meyer em tempo hábil.

Ressalvamos, ademais, que a presente proposta não inclui eventual propositura ou acompanhamento de ações judiciais ou de medidas cautelares incidentais que porventura se façam necessárias, as quais serão objeto de propostas de honorários apartadas e específicas, se e quando for o caso.

DE ACORDO

Por fim, reiteramos que este é um projeto do qual nos orgulharemos de participar e para o qual não pouparemos esforços.

Colocamo-nos inteiramente à disposição para eventuais esclarecimentos que porventura se façam necessários. Caso estejam de acordo com os termos desta proposta, solicitamos a gentileza de providenciar a assinatura e a devolução de uma cópia desta proposta.

Atenciosamente,



MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

De acordo em: ____/____/____

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Nome:

Cargo:

ANEXO III- MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente Ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço contratado.	Aumento do custo do serviço.	Revisão de preço.	BNDES

Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Gastos com passagens aéreas e hospedagem superior ao estimado.	Aumento do custo com passagens aéreas e hospedagem para a realização de reuniões presenciais e apresentações.	Melhor planejamento contratual.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos e mão-de-obra.	Aumento do custo do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (não tributário).	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado

ANEXO IV– TERMO DE CONFIDENCIALIDADE – REPRESENTANTE LEGAL

_____, por intermédio de seu representante legal, doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – Contrato OCS nº ____/20__, celebrado em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e do RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do CONTRATO ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais, a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES ou por terceiros para as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº ____/20__.

CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos I a V da CLÁUSULA SEGUNDA deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, signatário do Contrato OCS nº ____/20__, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/20__, para imediata devolução às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o RESPONSÁVEL, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES.

Parágrafo Único

O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/20__, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que

tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA OITAVA

O RESPONSÁVEL se compromete no âmbito do CONTRATO objeto do presente Termo, a apresentar às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do Termo de Confidencialidade, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº ____/20__.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2020.

Representante Legal do Escritório:

Nome:

Cargo/Função:

CPF:

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

ANEXO V – Modelo de Termo de Confidencialidade - Profissional

_____, doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – Contrato OCS nº ____/20____, celebrado em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do CONTRATO ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais, a que venha a ter acesso enquanto contratado por escritório que preste serviço às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES ou por terceiros para as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº ____/20__.

CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos I a V da CLÁUSULA SEGUNDA deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, signatário do Contrato OCS nº ____/20__, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/20__, para imediata devolução às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas EMPRESAS DO SISTEMA BNDES.

Parágrafo Único

O RESPONSÁVEL adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após o término da vigência do Contrato OCS nº ____/20__, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2020.

Responsável:

Nome:

Cargo/Função:

CPF:

Identidade:

E-mail:

Contrato OCS nº 109/2020
Contratante: BNDES
Contratada: MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Renata J Ramos Vieira
Advogada
AJ1/JULIC/GLIC4

Contrato e Anexos.pdf

Código do documento c6e3edb5-bac6-49d1-b658-3a2ffccdd945



Assinaturas



ADRIANA PALLIS ROMANO:11289264821

Certificado Digital

apallis@machadomeyer.com.br

Assinou como parte



NEI SCHILLING ZELMANOVITS:06653801861

Certificado Digital

Nsz@machadomeyer.com.br

Assinou como parte

Eventos do documento

12 May 2020, 14:42:25

Documento número c6e3edb5-bac6-49d1-b658-3a2ffccdd945 **criado** por MACHADO MEYER - SISTEMA (Conta 4c767f6d-40e0-4f67-ad74-b35fcc6363da). Email :juridicoadministrativo@machadomeyer.com.br. - DATE_ATOM: 2020-05-12T14:42:25-03:00

12 May 2020, 14:46:19

Lista de assinatura **iniciada** por MACHADO MEYER - SISTEMA (Conta 4c767f6d-40e0-4f67-ad74-b35fcc6363da). Email: juridicoadministrativo@machadomeyer.com.br. - DATE_ATOM: 2020-05-12T14:46:19-03:00

12 May 2020, 15:04:50

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - NEI SCHILLING ZELMANOVITS:06653801861 **Assinou como parte** Email: Nsz@machadomeyer.com.br. IP: 201.68.131.26 (201-68-131-26.dsl.telesp.net.br porta: 40704). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=RFB e-CPF A3,OU=VALID,OU=AR AASP,OU=62500855000139,CN=NEI SCHILLING ZELMANOVITS:06653801861. - DATE_ATOM: 2020-05-12T15:04:50-03:00

12 May 2020, 18:19:42

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ADRIANA PALLIS ROMANO:11289264821 **Assinou como parte** Email: apallis@machadomeyer.com.br. IP: 201.95.18.62 (201-95-18-62.dsl.telesp.net.br porta: 29928). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2,OU=AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI Multipla,OU=20781710000103,OU=Certificado PF A3,CN=ADRIANA PALLIS ROMANO:11289264821. - DATE_ATOM: 2020-05-12T18:19:42-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e2c960b0725582de3c720b18619dcf601c571ea97534c3eef8ec49ec0b57cba7

(SHA512):1fe6dc5f59a82143e44d0aa8f765eac49db69a3463d1230a72fcb72fdaf33bfc510dbd5de74feaa1771aaadd3b6da8674a30674f2474dadb803ca5cc78dd85ed

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign